

# MEC quer desmembrar 2º Grau já em 98

Alunos do curso técnico não seriam dispensados de estudar algumas matérias

26 FEV 1997

Givaldo Barbosa

Hugo Marques

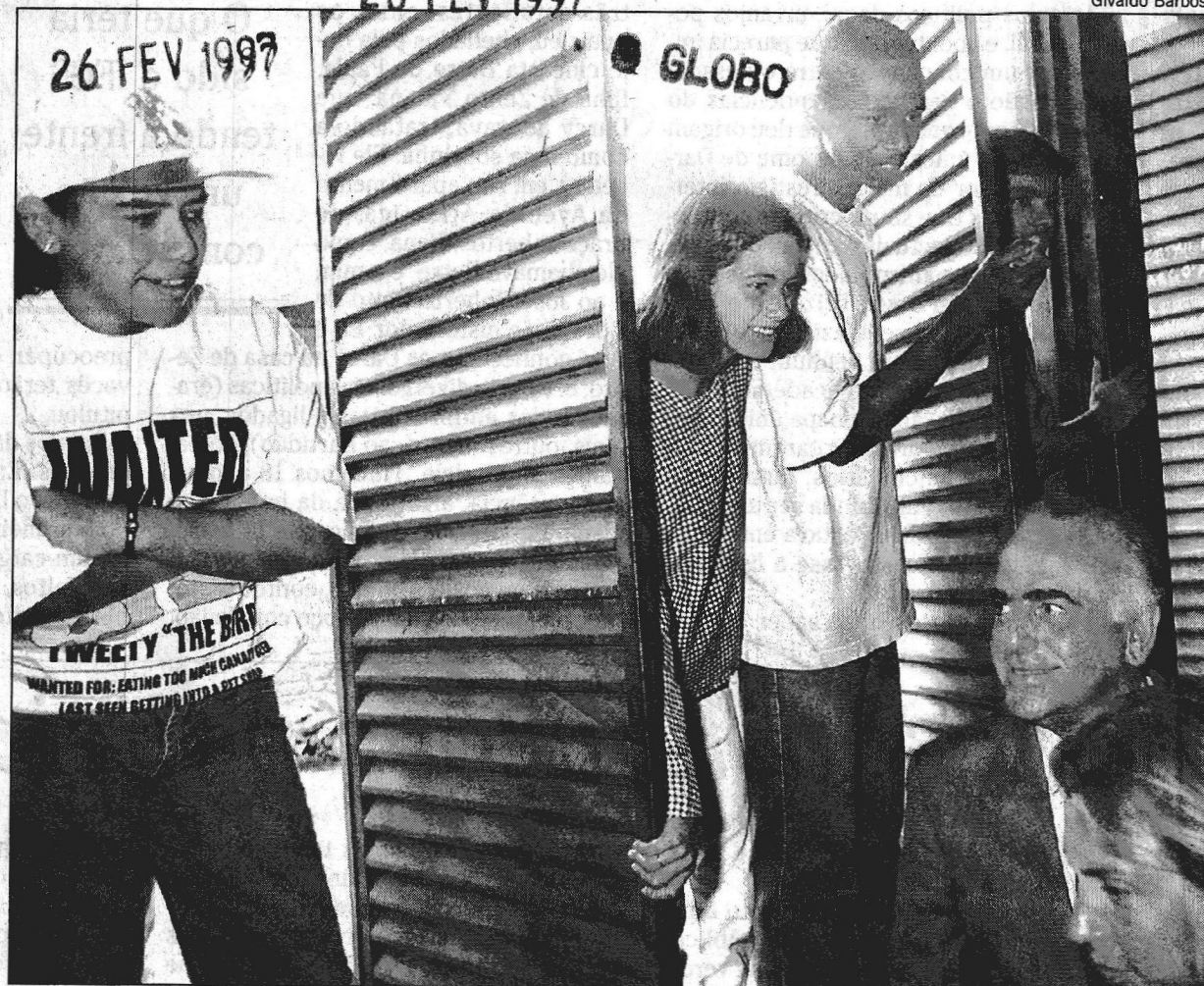
• BRASÍLIA. O Ministério da Educação prepara mudanças no currículo do Segundo Grau, no acesso ao ensino superior e na distribuição de recursos para a construção de escolas técnicas. Serão criados cinco blocos diferentes de disciplinas no currículo do Segundo Grau para atender às realidades do ensino profissionalizante em cada estado.

Essas alterações entram em vigor já em 1998. As escolas técnicas passarão a ser construídas e gerenciadas por sindicatos, associações e prefeituras que estejam dispostos a oferecer a sala, num processo inédito de terceirização.

O Governo federal vai investir a fundo perdido, a partir de maio, R\$ 500 milhões para equipar essas escolas técnicas. O ministro Paulo Renato de Souza vai reunir reitores de todo o país em 17 de março para discutir formas diferenciadas de acesso ao vestibular.

## Estudante de marcenaria não precisaria aprender geografia

Durante aula inaugural numa escola pública na cidade-satélite de Taguatinga, Paulo Renato anunciou que a partir de 98 vai desmembrar o Segundo Grau em quatro ou cinco módulos diferentes. Todos os alunos estudariam matérias básicas como matemática, português, história, geografia, física, química e biologia em todas as séries, mas os que optarem por cursos técnicos seriam dispensados de matérias do currículo acadêmico. Os alunos que seguirem o currículo normal com a finalidade de ingresso em curso de nível superior estudariam o chamado currículo cheio, com todas as matérias. Cursos técnicos de marcenaria ou mecânica, por exemplo, dispensariam matérias como geografia e história e teriam mais horas-aula de matemá-



CERCADO DE ESTUDANTES, o ministro Paulo Renato abre o ano letivo dando aula numa escola de Taguatinga

tica e física. Cursos profissionalizantes de administração de empresas e contabilidade também teriam currículo específico.

O MEC decidiu criar currículos específicos para economizar recursos humanos e dinheiro. Atualmente, metade dos alunos que concluem cursos técnicos faz o vestibular, a maioria sem sucesso. O MEC também considera oneroso para os cofres públicos manter um aluno de curso técnico que posteriormente não trabalhe na profissão. Cada aluno de ensino técnico custa R\$ 5 mil por ano ao Governo federal.

Os recursos para a construção de escolas técnicas estão previstos num convênio entre o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), que já deu sinal verde para um empréstimo de R\$ 250 milhões, e o MEC, que vai entrar com contrapartida no mesmo valor. A partir de maio próximo, disse o ministro, já começa a ser liberada a contrapartida brasileira, independentemente do BID.

Qualquer sindicato, associação ou prefeitura que queira construir uma escola técnica para formação de profissionais poderá entregar proposta ao MEC. Paulo Renato esclareceu, no entanto, que terão prioridade os projetos de investimento apenas em equipamentos. Não é intenção do Governo liberar recursos para a construção de prédios ou com-

pra de lotes ou imóveis para escolas técnicas. O Governo quer estimular prefeituras e entidades de classe a contribuir com a liberação de áreas desativadas.

— Vai dar para construir alguns milhares de escolas técnicas, mas ainda não posso precisar o número, pois cada cidade tem sua realidade — disse ele.

Paulo Renato informou que há no país 37 escolas técnicas federais com cem mil alunos. Paulo Renato vai chamar os reitores de todas as universidades brasileiras a Brasília, dia 17 de março, para discutir as novas formas de ingresso nos cursos de nível superior, que não irão mais ser padronizadas, através do vestibular. ■